

Reconhecimento da Independência do Kosovo: uma questão que divide a CPLP

Jean-Luc Costa Boyer

RESUMO

O problema do reconhecimento kosovar ocasionou, à época, a divisão da comunidade internacional frente a demanda de Pristina por sua autodeterminação. As nações depararam-se com um cenário de escolha entre as grandes potências, cujos interesses se confrontavam na região. Quando em 2008, os países encontraram uma situação de *tradeoff*, cada liderança, levando em consideração os ganhos e as perdas de suas ações, potencializadas pela interdependência complexa, fenômeno característico da nova ordem mundial, assumiram as posturas para suas nações, cujas consequências reverberam até hoje. Assim, o trabalho em relações internacionais, busca entender o impacto da interdependência complexa sobre o leque de escolhas das nações integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por meio da ótica da corrente liberal, analisando a balança comercial dos países e os discursos das autoridades pela política externa.

Palavras chave: Kosovo, Reconhecimento Internacional, Interdependência complexa, Estratégia, Relacionamento, Potências, Países, CPLP.

ABSTRACT

The problem of Kosovar recognition caused, at the time, the division of the international community in the face of Pristina's demand for self-determination. The nations were faced with a scenario of choice among the great powers, whose interests clashed in the region. When in 2008, countries found a situation of tradeoff, each leadership, taking into account the gains and losses of their actions, enhanced by the complex interdependence, a phenomenon characteristic of the new world order, assumed the positions for their nations, whose consequences reverberate until today. Thus, the work in international relations seeks to understand the impact of complex interdependence on the range of choices of the nations that are members of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP), through the perspective of the liberal current, analyzing the countries' trade balance and the authorities' speeches on foreign policy.

Key-words: Kosovo, International recognition, Complex interdependence, Strategy, Relationship, Powers, Countries, CPLP.

INTRODUÇÃO

Ainda que as raízes do conflito kosovar remontem a entrada dos otomanos na Europa, ocupando o antigo território do Império Bizantino e convertendo alguns habitantes ao islamismo sunita, dando origem às diferenças religiosas que se mesclaram às étnicas e resultaram em tensões entre os povos dos Balcãs.

Essas divergências encontraram um ponto de vazão na crise de desintegração da Iugoslávia, no fim da década de 90 do século XX. Dentro desse grande embate, um se destacou, pois logo identificou-se um jogo de interesse entre as grandes potências: a Guerra do Kosovo. Nesse embate armado, os sérvios (apoiados pela Federação Russa e pela República Popular da China) lutavam para manter o território do Kosovo (que teve como aliados os Estados Unidos da América e a maioria dos membros da OTAN) unido ao seu território.

Esse é o primeiro conflito, desde a Guerra Fria, que demonstrou a existência de uma certa área de influência de países potência (Rússia, China e Estados Unidos) sobre outros. Essa construção também evidenciou a fraqueza da maioria das organizações internacionais temáticas, com nações integrantes do mesmo grupo divergindo entre si, caso ainda mais gritante quando observado o comportamento daqueles componentes de organizações culturais, como a CPLP.

A questão da independência da República do Kosovo apresenta-se, no século XXI, como a mais recente face da guerra de desagregação da outrora Iugoslávia. Declarada em 17 de fevereiro de 2008, o parlamento kosovar demonstrou à comunidade internacional que o seu território (de aproximadamente 10.887km²) não mais encontrava-se sob domínio sérvio. Daquela data até hoje existem três grandes grupos de países: aqueles que reconhecem a autodeterminação do Kosovo, os que não, além dos indiferentes. Essa configuração também se repetiu na CPLP.

Assim, o estudo científico no campo das relações internacionais, visa entender a divisão política dos constituintes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa quanto ao reconhecimento da independência da República do Kosovo, tendo em vista que existem aqueles que reconhecem a autonomia de Pristina, enquanto outros não.

A questão norteadora do estudo é: quanto ao reconhecimento da independência kosovar, por quê há três facções: os reconhecedores, os não reconhecedores e os neutros? A pergunta gerou a hipótese: o reconhecimento (do Kosovo) se dá pela análise do custo marginal com base no resultado da soma (positiva) das duas inequações: (ganhos econômicos com Estados Unidos > perdas com China + perdas com Rússia) + (estratégia de longo prazo com Estados Unidos > estratégia de longo prazo com China + estratégia de longo prazo com a Rússia)

O tempo delimitado para estudo compreende o espaço temporal entre 2009 até 2019, em virtude da existência de materiais consolidados, cuja integridade facilita a comparação.

A metodologia dividirá o trabalho em três partes: a primeira (com dados qualitativos) identificará a posição geopolítica das potências no conflito de autodeterminação do Kosovo; a segunda analisará o comércio externo dos três países lusófonos elencados para o estudo de caso (Portugal, Brasil e Guiné Equatorial, líderes populacionais e econômicos de seus respectivos blocos: favorável, desfavorável e neutro) com as três potências identificadas: Estados Unidos, Rússia e China, por meio de dados qualitativos; a terceira analisará a veracidade da segunda inequação, empregando dados qualitativos de análise do discurso.

Assim, analisando os três estados mais célebres do comunidade lusófona, empregar-se-ão dados quantitativos e qualitativos (com o objetivo de fornecer uma visão mais ampla das causas do fenômeno), cujas interpretações se darão por meio da teoria neoliberal interdependente (interdependente complexa).

1 – O KOSOVO

1.1 – A Guerra do Kosovo (1998-1999)

O novo conflito do Kosovo deita bases na tensão entre a população local (de origem albanesa e mobilizadora do grupo combatente do ELK, o Exército de Liberação do Kosovo) e o governo central iugoslavo, sob presidência de *Slobodan Milosevic*. O escalonar das tensões, provocada pelos guerrilheiros do ELK levou Belgrado a adotar

medidas mais enérgicas, das quais derivam suspeitas de desrespeito aos direitos humanos, o que atraiu a atenção da comunidade internacional. Assim, no intervalo entre os anos 1998 e 1999, tropas sérvias (grupo étnico majoritário na Iugoslávia) e os militantes do ELK lutaram pelo controle da região.

A escalada dos conflitos resultou em pressões da comunidade internacional contra Belgrado, resultando na decretação de um cessar-fogo, por *Milosevic*, mas desrespeitado por ambos os lados. Assim, após o fracasso das tentativas de trégua, um grupo de sérvios e de kosovares (associados às principais potências mundiais, na época os componentes da OTAN) começou a confeccionar um tratado de paz. O acordo previa a autonomia do Kosovo, com a retirada das tropas iugoslavas da região e a instalação de uma força de paz, capitaneada pela OTAN. Entretanto, alguns pontos desse tratado (que passou para a história como Paz de *Rambouillt*) foram recusados por ambas as partes, provocando a intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte no conflito.

O ingresso da OTAN marca a internacionalização da Guerra do Kosovo, pois as forças sérvias passaram a lutar contra uma coalizão de nações lideradas pelos Estados Unidos. O bombardeio de Belgrado por tropas coligadas resultou na saída dos iugoslavos do Kosovo, sendo substituídos pela UNMIK (Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo, cujo liderança competiu ao Brasil nos dois primeiros meses de ação).

O conflito terminou com a imposição dos pontos da Paz de *Rambouillt*, com a Sérvia aceitando a retirada de suas tropas (que foram seguidas por vários civis, receosos de um massacre étnico). A apuração dos resultados também aponta para o aumento da insatisfação popular contra *Slobodan Milošević*, cujo governo era apontado como responsável pelo isolamento da Iugoslávia perante à comunidade internacional, sendo derrubado em 2000, sob acusações de promover massacres étnicos durante os conflitos de desagregação de seu país.

Entretanto, algumas críticas foram traçadas contra a intervenção militar. O caso mais célebre é o chinês, fruto do bombardeio à Embaixada da República Popular da China em Belgrado. O ataque acidental resultou em uma crítica de Pequim, cuja declaração acusou os Estados Unidos de utilizarem os embates para ampliar sua zona de influência na Europa Ocidental. Outra condenação, dessa vez no Conselho de Segurança da ONU, visou afirmar que o uso unilateral de força constitui uma violação flagrante da Carta das Nações Unidas, com Rússia, China e Namíbia posicionando-se de forma positiva à resolução, mas ela foi barrada pelos membros integrantes da OTAN do conselho.

1.2 – A declaração de independência do Kosovo

O fim da guerra conduziu o estabelecimento da autonomia de Kosovo em relação a Belgrado, ainda que o território pertencesse à Sérvia, nos moldes da divisão exercida por Tito, antes de seu falecimento. Entretanto, em 17 de fevereiro de 2008, o Parlamento de Pristina declarou sua independência, que ao contrário daquela realizada em 1991, foi reconhecida por vários países, dentre os quais destacam-se os Estados Unidos e a França, mas também houve a negação por outros países, como a Sérvia (da qual o Kosovo declarou sua autodeterminação), a Rússia (país aliado a Belgrado por questões culturais e geoestratégicas), China e Espanha. O reconhecimento de uma nova nação, por seu caráter irrevogável (em norma geral, já que existem exemplos de nações que perderam o apoio internacional, cujo exemplo mais notório é o da China Nacionalista), tende a gerar mal-estar diplomático entre os anuentes e aquele Estado que tem parte do território

separado. No caso do Kosovo, a Sérvia retirou seus diplomatas das missões nos países que consentiram com a independência de Pristina, como forma de protesto.

O reconhecimento, que até hoje não possui uma decisão fixa da comunidade internacional, ainda que a causa angarie um número maior de países, causou uma divisão em organizações internacionais das mais diferentes naturezas, como a OTAN (militar), a União Europeia (econômica e política) e a CPLP (cultural). A cizânia no ambiente internacional provocada pela declaração conduziu à formação de três grupos: os favoráveis à liberdade de Pristina, os neutros e os contrários. A ausência da unidade fez-se sentir até nas comunidades culturais, como a CPLP, que se viu em uma situação de *tradeoff*, na qual necessitavam avaliar as consequências de se indispor contra um dos lados.

A separação do Kosovo criou um país com o potencial consumidor de 1,747 milhão em seu mercado, no ano de 2008 (EUROSTAT, 2009), com o PIB de 5,687 bilhões de dólares, em 2008 (BANCO MUNDIAL, 2009), cujas relações internacionais possuíam aproximação das principais potências ocidentais. A outra opção era o governo de Belgrado, líder de um país com 7,35 milhões de habitantes (EUROSTAT, 2009), cuja remuneração aos fatores de produção somaram 52,19 bilhões de dólares em 2008 (BANCO MUNDIAL, 2009), com relações internacionais mais orientadas para o leste, com notória aproximação a Moscou e a Beijing.

2 - A CPLP

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é um bloco criado em 1996, com o intuito de promover a cooperação e a coesão dos países de cultura lusa. Entretanto, o grupo foi exposto (desde sua criação até os dias atuais) a situações que prejudicaram o segundo intento, como no caso do Kosovo, que provocou uma separação entre a metrópole, as colônias de independência direta e àquelas de colônia indireta.

O “cisma” elucidou as divisões dentro da pretensiosa comunidade lusa, na qual os traços culturais asseguravam, ao menos na teoria, uma coesão, que se demonstrou falha. A pouca importância econômica do Kosovo resultou na pouca reverberação nas relações entre os constituintes da organização internacional, cujas atividades prosseguem e as reuniões esporádicas entre os representantes ainda são realizadas e a missão da cooperação entre os países segue sob perseguição.

A divisão demonstrou a prevalência das razões comerciais e ideológicas dos países e de seus líderes, respectivamente, quando confrontados por um país (no caso, o Kosovo) que possui o apoio ou a ojeriza de potências econômicas e militares. O cenário de jogo do Kosovo possui três grandes potências identificáveis: China, Rússia e Estados Unidos, cada qual com sua esfera de influência e poderes político-econômicos, que no mundo globalizado e interdependente, possuem capacidades que são avaliadas pelos países mais fracos antes das tomadas de decisão, numa adaptação das ideias empresariais às governamentais (BRAGA, 2018). Os ganhos e as perdas são avaliadas e resultam no engajamento, seja em grupos favoráveis, contrários ou neutros. Na CPLP, Portugal pronunciou-se favorável ao reconhecimento do Kosovo, com o Brasil declarando-se contrário e com outros optando pela neutralidade.

3 – O ARCABOUÇO TEÓRICO

Inerente aos trabalhos no campo das ciências humanas, os conceitos elaboram-se a partir da percepção sobre algo. No trabalho sobre o reconhecimento da independência da República do Kosovo pela CPLP, empregaram-se os seguintes conceitos: a natureza desestabilizadora do homem (sob visão de *Bossuet*), na qual os homens, por suas características egoístas, tendem a desestabilizar a situação na qual se encontram, resultando em um estado de anarquia social, na qual não há a prosperidade econômica. Logo, necessitam de uma autoridade que conceba estabilidade à sociedade, nos tempos de elaboração da teoria, o monarca absoluto, do qual deriva o nome da teoria de *Bossuet*: a Teoria do Direito Divino dos Reis, seres legitimados por Deus para governar sobre os homens, podendo quase tudo, exceto desrespeitar as leis ancestrais (*Bossuet*, 1714) . Numa adaptação ao mundo moderno, no qual não mais se presencia as monarquias absolutistas, o Estado recebeu a incumbência de estabilizar a sociedade.

Há um outro conceito neste trabalho: o contrato social (em *John Locke*), no qual os homens possuem alguns direitos, conhecidos como direitos naturais: vida, liberdade e propriedade (*LOCKE*, 1689). Entretanto, como seres plenipotenciários, os homens podem, a qualquer momento, interferir sobre os direitos de outros, gerando um clima de instabilidade (ou de guerra). Para *Locke*, o homem possui a faculdade racional e identifica no clima de instabilidade um entrave ao seu bem estar. Logo, a humanidade opta por subordinar-se a um governo, capaz de fornecer o principal bem público: a segurança. Caso o Estado não exerça as funções que lhe foram incumbidas (passando a atentar contra a vida, a propriedade e a liberdade) uma rebelião é justificável. (*LOCKE*, 1689).

A lógica maximizadora do homem (categoria liberal da teoria marginal), pela qual as organizações, inseridas em um contexto de competição perfeita (um mercado com muitos produtores e consumidores, no qual os produtos são homogêneos), possuem a tendência por maximizar seus resultados. Como os homens (simbolizados pelos donos dos fatores de produção: a família) são a unidade base das firmas e tendem a operacionalizar seus rendimentos com base a maximizar o seu excedente do consumidor ou a composição das cestas, passam a pensar nos ganhos proporcionados pelo unidade marginal, otimizando os resultados. (*MENGER* , 1871)

As definições, como parte advinda da descrição do objeto, permitem identificar a função daquilo estudado no mundo. Assim, para o trabalho, empregaram-se algumas observações do objeto, destacando-se a aversão ao risco, a interdependência complexa

A aversão ao risco (sob visão do economista *N. Gregory Mankiw*), afirma que os homens apresentam aversão aos riscos, temendo os imprevistos negativos (prejuízos) que possam ocorrer (*MANKIW*, [2019?]). Assim, a humanidade adota uma série de medidas para evitar incorrer em riscos e nas perdas deles decorrentes, no caso dos Estados, os líderes e as elites analisam seus movimentos em minúcias, identificando as vantagens e as desvantagens de seus movimentos.

No mundo globalizado, dominante a partir do advento das comunicações de massas da segunda metade do século XX, a interdependência complexa (concepção neoliberal de *Keohane* e *Joseph S. Nye*), tornou-se um fenômeno cada vez mais frequente. Nela, os países, por meio de suas economias, estão cada vez mais interligados, de tal forma que dependem uns dos outros, dentro da lógica das vantagens comparativas, a teoria de especialização no produto de menor custo de oportunidade. Assim, uma decisão de agressão (de natureza variável) a outro Estado pode ter impactos profundos no próprio país, fazendo o custo de uma ação unilateral ser extremamente alta, o que conduz os líderes e as elites a analisarem suas ações levando em consideração os riscos em que

incorrem, além dos resultados da possível tomada de decisão (KEOHANE; JÚNIOR, 1977).

O jogo cooperativo de informação imperfeita (visão de Márcio Bobik Braga) afirma que existem situações nas quais os atores são confrontados por uma situação de *tradeoff*, uma escolha conflitante, mas que possibilita a cooperação entre os participantes, mas o cenário é marcado por tomadas de decisões mútuas, o que configura a informação imperfeita, pois os agentes são obrigados a tomarem decisões sem saber o que os outros farão (BRAGA et.al, 2017).

Assim, observa-se que o cenário de independência kosovar é fruto da desestabilização inerente aos homens (tal como observada por *Bossuet*), que ao exercerem seus direitos acabam por interferir nos dos outros, gerando um clima de instabilidade (a guerra). Assim, os kosovares (homens racionais) visaram abrir mão de seus direitos em prol da segurança, conferida pelo Estado. Entretanto, o Estado que se configurou na região (o iugoslavo) é aquele que passou a atentar contra os direitos naturais da minoria kosovar, o que justifica a rebelião e a constituição de um novo regime (como apregoado por *Locke*): o de Pristina. Porém, no mundo interdependente, uma ação possui impacto em outros atores, produzindo uma série de efeitos não desejados. Essa correlação é levada em conta pelos países (compostos por homens), que avaliam os riscos (princípio da aversão ao risco) da recepção pelas outras nações de uma tomada de decisão, com as contas lastreadas nos custos. A avaliação das ações é medida pelo benefício marginal (escola marginalista da economia), na qual os homens observam os ganhos e as perdas advindas de uma unidade acrescida ou descartada. Assim, os países, inseridos no cenário de interdependência, avaliam as consequências de suas ações levando em consideração a margem, que por sua vez é medida pelos ganhos ou perdas diplomáticos junto às grandes potências. No cenário kosovar, as nações avaliam os impactos do reconhecimento da República do Kosovo em suas relações com as grandes potências bélicas e/ou econômicas, em especial no cenário incerto do jogo cooperativo de informação imperfeita, na qual há a possibilidade de cooperação, mas os atores realizam suas ações ao mesmo tempo.

Com o exposto, a teoria para explicar a movimentação dos países da CPLP é: o reconhecimento da República do Kosovo está relacionada aos ganhos e perdas junto às grandes potências, que por possuírem grandes capacidade bélico e/ou econômicas, podem parabenizar ou reprimir um comportamento contrário àquele desejado por um governo com poderes de interferência mundial.

Assim, os países que não possuem as capacidades mundiais de condução, estão condicionados aos desejos dos países mais fortes. Logo, as ações são tomadas com base nos interesses geopolíticos e econômicos dessas nações, dependendo do grau de proximidade aos polos de poder.

No caso kosovar, o reconhecimento do país pelos diferentes integrantes da organização internacional está relacionado à proximidade dos países às potências internacionais, seja no campo econômico, ideológico, político, militar e estratégico, podendo ser sintetizados em duas variáveis: economia e política.

4 – A METODOLOGIA

A hipótese para a questão norteadora é: os países reconhecem outro quando os ganhos excedem os custos. Uma avaliação de superação demanda a existência de uma

inequação, duas no caso analisado (o kosovar): (ganhos econômicos com Estados Unidos > perdas com China + perdas com Rússia) + (estratégia de longo prazo com Estados Unidos > estratégia de longo prazo com China + estratégia de longo prazo com a Rússia), sendo as variáveis, fornecidas pelas agências governamentais das nações ou por organizações internacionais, manipuladas para observar a correlação entre a veracidade das inequações e a postura do país da CPLP. Assim, o comportamento internacional de reconhecimento estatal é fruto (de acordo com a hipótese da soma marginal) de duas inequações: uma econômica (na qual analisou-se a inequação entre as balanças comerciais entre as potências e o sujeito analisado) e outra política (pela qual observou-se a intenção dos líderes quando confrontados por um reconhecimento que não goza da unanimidade dos polos de poder político-econômico do mundo).

Para determinar a viabilidade da aplicação, empregou-se o estudo de caso de três países de uma organização cultural mais culturalmente unificada: a CPLP, na qual há uma reunião de países colonizados pelo Reino de Portugal e, posteriormente, pela República Portuguesa. Como presenciado na comunidade internacional, a CPLP (composta por nove países: República de Angola, República Federativa do Brasil, República de Cabo Verde, República da Guiné Bissau, República de Moçambique, República Portuguesa, República de Moçambique, República Democrática de São Tomé e Príncipe, República Democrática de Timor-Leste e República da Guiné Equatorial (CPLP, 2020) também se dividiu em três grupos quando confrontada pela questão de independência da República do Kosovo: os favoráveis, os contrários e os isentos. Como líder do bloco favorável encontra-se a República Portuguesa (que ganha notoriedade por ser o berço da cultura portuguesa e deter o maior quantitativo populacional dentro o grupo pró). Na liderança dos países contrários ao reconhecimento está o outro caso de análise: a República Federativa do Brasil (nação com maior população da CPLP e força econômica mundial), enquanto a República de Moçambique destaca-se como líder dos países neutros (com os moçambicanos destacando-se no quesito populacional, dentro de seu “bloco neutro”). Assim, o estudo se valeu da observação de caso dos três líderes: Portugal, Brasil e Moçambique (por suas capacidades populacionais e econômicas, sem comparação quando comparados a outros de seus respectivos grupos).

Para verificar a veracidade das inequações, empregou-se seguinte tática: um primeiro estágio para identificação das forças atuantes no cenário kosovar, um segundo analisou o comércio internacional (a balança comercial) dos casos em análise com as principais potências: Estados Unidos, China e Rússia), enquanto a terceira buscou determinar o interesse de longo prazo dos estudos, com base nas declarações emitidas pelos Ministros de Negócios Estrangeiros (ou cargos equivalentes) e Chefes de Estado das nações portuguesas em análise, quando confrontados por uma demanda de reconhecimento por um novo país.

Na primeira parte, analisou-se o comportamento das potências quanto à declaração de independência, bem como fornecendo uma pequena descrição histórica do processo. A fase primária valeu-se de reportagens históricas (emitidas pela imprensa à época, com o intuito de erigir a história e descrevê-la, de forma mínima, para facilitar a compreensão da inserção da República do Kosovo na ordem internacional) e das declarações dos chanceleres (disponíveis na imprensa e nos *sites* dos ministérios responsáveis pela condução da política externa dos países). Destaca-se, também, o emprego dos estudos da ciência geopolítica (extraídos de revistas científicas eletrônicas) para determinar as esferas de influências na região, intenções das potências ao ingressar no conflito e as possíveis movimentações.

A segunda parte da análise valeu-se dos dados de comércio exterior daquelas nações da CPLP (as lideranças de seus grupos, já previamente identificados) com as

potências, analisando a balança comercial, tendo em vista a importância, cada vez maior, dos recursos vindos do exterior para financiar o processo de crescimento, ampliar o bem estar da economia e controlar o processo inflacionário e seus impactos negativos caso elas sejam deficitárias frente ao exterior, para determinar a veracidade da inequação econômica, já descrita para o estudo kosovar. Os dados foram levantados de duas formas: direta (quando fornecidos pelo próprio país em observação, coletados dos sites especializados em comércio internacional, mantidos pelos órgãos governamentais) e indireta (quando os números são fornecidos por outra nação ou por alguma organização internacional).

A terceira parte buscou falsear a inequação política, valendo-se para tanto, de declarações emitidas pelos chanceleres dos países e dos chefes de Estado quando confrontados por uma demanda de reconhecimento, empregando a análise de discurso, com enfoque no conteúdo, para determinar as intenções para a política externa de longo prazo. Observou-se as declarações com base nas intenções (expressas) e a abordagem de aproximação do país observado com alguma das grandes potências (Estados Unidos da América, República Popular da China ou Federação Russa). Para a análise dos pronunciamentos, empregou-se a lógica dos custos de declaração, na qual as declarações possuem um impacto na construção da imagem do líder de alguma nação, moldando, por consequente, a imagem de seu país perante a ordem internacional.

Todos os dados angariados são secundários, tendo em vista o grau sofisticado que o levantamento primário demanda aos aspectos analisados. O método qualitativo é empregado nas primeira (na qual descreveu-se o desenrolar dos acontecimentos na Guerra do Kosovo, 1998-1999) e terceira fases do estudo (com atenção para os pronunciamentos dos chanceleres e dos Chefes de Estado), enquanto empregou-se o quantitativo na segunda fase (no qual observou-se o comportamento das nações com a análise das balanças comerciais, com a observação para o posicionamento da inequação, se positiva ou favorável alguma potência, dependendo do ponto de vista. Todos os dados levantados estão disponíveis na internet.

Destaca-se a impossibilidade da constituição de um grupo de controle, seja no nível da CPLP ou ao nível mundial, pois a luta entre as potências trata-se de uma situação tão delicada que demanda o engajamento em algum dos lados, seja o favorável, contrário ou o neutro. Como todas as nações podem ser classificadas dentro desses três grupos, é impossível constituir um conglomerado de objetos sem a devida análise. Assim, o estudo não pode constituir o “grupo de controle”. Contudo, tal incapacidade não reflete no cenário, uma vez que todos os países são classificados dentre as organizações previamente identificadas.

5 – O RECONHECIMENTO PELAS NAÇÕES

5.1 - O caso brasileiro

O grupo das nações que não reconhecem o Kosovo independente é composto por: República Federativa do Brasil, República de Angola. Dentre o universo, destacou-se para a análise o Brasil, uma vez que possui as maiores economia e população.

Quando apurados os resultados do comércio internacional de bens entre o Brasil e as potências mundiais observa-se uma série de resultados interessantes: Brasília, no período apurado (2009-2018), sempre obteve superávits em suas transações com a República Popular da China, com resultados superiores aos U\$S 5,5 bilhões. Já os

resultados com os russos revelam superávits em todos os anos, salvo em 2018, quando se registrou um déficit. O comércio norte-americano, por sua vez, demonstrou uma série de déficits para o Brasil, uma tendência revertida somente nos dois últimos anos, com 2017 registrando um superávit e 2018 demonstrando uma balança nula. (MIT MEDIA LAB, 2020a).

Entre 2009 e 2018, o Brasil acumulou uma série de superávits com o aglomerado Federação Russa e China, com os números superando os resultados estadunidenses. Assim, no período entre 2009 e 2016, a inequação foi entre um superávit para o comércio sino-russo e um déficit com os Estados Unidos. O ano de 2017 foi uma comparação de superávits, com números maiores registrados para os bens exportados para a China e a Rússia (22,55 bilhões de dólares) contra aqueles com destino aos Estados Unidos (4,7 bilhões de dólares americanos). 2018, por sua vez, em virtude do saldo nulo, mais uma vez os valores registrados no superávit com o lado contrário à independência do Kosovo foram positivos (MIT MEDIA LAB, 2020a). Assim, o saldo do período mostra uma proximidade comercial maior com o lado que não reconhece o governo de Pristina.

A posição das autoridades brasileiras quanto à declaração de independência do Kosovo não foi favorável, tendo em vista as declarações das autoridades responsáveis pela política externa do país.

Em fevereiro de 2008, o Brasil, sob o comando de Celso Amorim, o chanceler do Ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um político de inclinação à esquerda política, divulgou uma nota na qual demonstrou-se preocupado com a escalada das agressões à Embaixada dos Estados Unidos da América em Belgrado, mas posicionou-se a favor da unidade nacional da República da Sérvia, atrelando o reconhecimento brasileiro ao reconhecimento unilateral por parte dos sérvios (BBC BRASIL, 2008).

Em sua argumentação, o Brasil alegou que a declaração de independência da República do Kosovo contrariou a resolução 1244 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999), no qual há a defesa da integridade territorial da Sérvia e o condicionamento da existência de um Kosovo independente a um acordo político entre Pristina e Belgrado.

A mesma nota também destacou a preocupação de Brasília quanto às reverberações do reconhecimento em nações etnicamente divididas, cujos resultados poderiam levar a uma escalada dos conflitos ou a reativação de outros (BBC BRASIL, 2008).

5.2 – O caso português

A República Portuguesa, em suas exportações FOB, apresenta um comportamento curioso quando levantados os seus dados com as potências envolvidas na questão de autodeterminação do povo kosovar. Quando analisados os números das balanças comerciais de bens entre 2009 e 2019, observa-se que, tanto pelo lado das transações com a República Popular da China (MINISTÉRIO DA ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 2020a), quanto por aquelas com a Federação Russa (MINISTÉRIO DA ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 2020b), Portugal acumula déficits, demandando mais do que enviando. Assim, a inequação de ganhos comerciais físicos do lado das potências apresenta um sinal negativo.

A balança comercial de bens com os Estados Unidos da América, por sua vez, mostra uma série de saldos positivos (MINISTÉRIO DA ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 2020c). Desde 2009, a República Portuguesa acumulou uma série de superávits com seu parceiro na América do Norte, o que confere um sinal positivo para o lado americano da inequação.

No geral, Portugal apresenta um déficit comercial. Entretanto, boa parte daquilo que é exportado (e até importado) pelo país advém da Europa (quando observados os dados do período entre 2009 a 2018). Assim, boa parte das interações comerciais do país se desenvolvem dentro do próprio continente, em especial com os integrantes do Espaço *Schengen* (MIT MEDIA LAB, 2020c), de forma que, caso a República do Kosovo ingresse na União Europeia, Portugal se encontrará em uma posição melhor, pois irá dispor de mais um potencial consumidor, pois a República da Sérvia não é membro dessa comunidade das nações e dificilmente ingressará, tendo em vista o critério de respeito aos direitos humanos, uma questão delicada para Belgrado (PARROCK, 2019).

A recepção da demanda de reconhecimento da independência do Kosovo por Portugal, um membro da OTAN, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN, 2020), é marcada pela aceitação. Concedida em 07 de outubro de 2008, pelo Ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa Luís Felipe Marques Amado, seguiu a linha de vários países integrantes da União Europeia.

Na nota de esclarecimento, o governo português vinculou sua decisão a decisão majoritária dos grupos vitais dos quais ele participa: a OTAN, (uma aliança militar que garante a segurança de Lisboa e confere alguns rendimentos, com o aluguel da Base Aérea das Lajes) e a União Europeia (uma união político-econômica da qual Portugal consegue os produtos que não consegue produzir e vende o excedente dos produtos nos quais detém a vantagem comparativa, conforme já destacado). O pronunciamento também destacou que as decisões tomadas pelos parlamentares de Pristina não contrariavam os compromissos assumidos pelos kosovares com a ONU, destacando que o processo de independência foi guiado pela Organização das Nações Unidas, com direta participação da União Europeia (SANTOS, 2014).

5.3 – O caso moçambicano

Quando analisados os dados comerciais da República de Moçambique com as três potências (Estados Unidos, China e Rússia) observa-se uma série de déficits comerciais, com o país não conseguindo um superávit sequer desde 2013, seja com o lado estadunidense ou com os chineses e os russos juntos, ou ainda, separados. Durante o período avaliado (2009-2018), os moçambicanos nunca conseguiram um resultado positivo no comércio com *Washington*, sempre importando mais do que exportando, o que caracteriza um sinal negativo para o lado americano na inequação. Pelo lado sino-russo, Maputo só obteve um resultado positivo em 2012, em um valor de 265,9 milhões de dólares dos Estados Unidos. Ainda que Moçambique tenha colecionado, até 2012, números maiores de exportação (FOB) do que importações com a Federação Russa, o grupo contrário à independência do Kosovo é prejudicado com os déficits obtidos com a República Popular da China (MIT MEDIA LAB, 2020b).

Assim, quando dispostos os dados na inequação, ambos os lados são negativos, competindo às autoridades moçambicanas decidir entre déficits, encarando uma inequação de lados negativos, cujos os custos já incorreram, ou seja, estão em uma decisão de dispêndios irrecuperáveis.

Pelo lado político, os responsáveis pela política externa da República do Moçambique demonstraram posições confusas quanto ao reconhecimento ou não. Qua

Quando interpelado pela imprensa, o governo limitou-se a dizer: “Vamos aguardar o momento apropriado” (AFRIK NEWS, 2008). A frase, dita pelo vice-chanceler do Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique Henrique Banze, seguiu a linha de outros integrantes do corpo diplomático do país, com Maputo anexando sua decisão à decisão da maioria dos integrantes da Assembleia Geral da ONU.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, quando observados os dados de comércio exterior, as posturas políticas quanto o reconhecimento do Kosovo, é possível traçar uma explicação para a estratégia adotada pelos países, sendo os resultados passíveis de equacionamento.

No caso da República Federativa do Brasil, os dados da balança comercial mostram que o grupo de potências contrárias à independência do Kosovo (República Popular da China e Federação Russa) são, no comércio, superavitárias para o Brasil, fornecendo recursos para o saneamento das contas e controle de inflação, garantindo a estabilidade econômica para o qualquer que seja o regime dominante em Brasília, o que gera um vínculo entre os contrários à Prístina e as autoridades brasileiras, uma relação a qual não há ganhos em ser abalada.

Pela parte política, a decisão de reconhecimento, em um cenário no qual há uma decisão do Conselho de Segurança da ONU que mantém a integridade territorial da Sérvia, é extremamente custoso para um país que intenciona ingressar nessa instituição, caso seja desrespeitada alguma decisão desse órgão. O Brasil, fato notório, como revisionista brando, intenta um assento permanente na CSNU, de tal modo que desrespeitar uma ação causaria um dano potencial à imagem do país, danificando o objetivo de longo prazo da política externa do Brasil.

Assim, no caso brasileiro, há coincidência com a visão sino-russa no comércio e na política externa de longo prazo, caracterizando um desequilíbrio na inequação, contrário à autodeterminação de Prístina.

A República Portuguesa, por sua parte, possui um superávit comercial maior com os Estados Unidos. Contudo, boa parte daquilo comercializado pelos portugueses no exterior é produzido (ou consumido) na Europa, demonstrando um alto grau de vinculação econômica entre Lisboa e o Espaço *Schengen*. A independência do Kosovo, para Portugal, é vantajosa, pois trata-se de mais um potencial mercado (vital, pois Portugal possui balança deficitária no geral), ainda mais em uma difícil adesão Servia ao bloco, por questões relacionadas aos direitos humanos.

Quanto à política, Portugal vinculou suas decisões à OTAN (Organização do Atlântico Norte, uma aliança militar, cuja presença assegura a defesa de Lisboa e permite a realocação de recursos, em detrimento dos orçamentos de defesa) e a União Europeia, de onde os recursos financeiros e reais advém.

Para Portugal, a estratégia das avaliações de custo (econômico e político), esquematizadas na inequação, mostra um desequilíbrio para o lado estadunidense. Assim, o resultado ótimo para Lisboa é reconhecer a independência de Prístina.

A República de Moçambique, por enfrentar déficits na balança comercial de bens, em ambos os lados da inequação, encontra-se em um ponto de indiferença, pois em ambos

os lados, uma indisposição resultaria em um aumento de déficit. Assim, do ponto de vista econômico, é vantajoso permanecer na inércia, pois a indisposição pode não resultar em ganhos de exportações e ampliar as importações das potências do lado que Maputo possa, por ventura, se juntar.

Do ponto de vista político, uma indisposição, em um país em desenvolvimento, teria consequências terríveis, pois o governo necessita de estabilidade econômica para manter-se no poder, algo que a ação de contrariar uma potência impossibilitaria, tendo em vista a diminuição de itens nas cestas de indiferença da população moçambicana.

Assim, para as autoridades de Moçambique, a inação é uma vantagem, uma vez que evitam custos desnecessários para o país.

Com o exposto, parece existir uma relação entre a avaliação de custos apontada pelas inequações: (Balança comercial EUA > Balança comercial China+Rússia)+(Ganhos Políticos EUA > Ganhos políticos China+Rússia) e a aprovação do governo de Pristina. Assim, também há uma relação entre a avaliação de custos apontada pelas inequações (Balança comercial EUA < Balança comercial China+Rússia)+(Ganhos Políticos EUA > Ganhos políticos China+Rússia) e a negação da independência do governo de Pristina. Bem como, o estudo indica que parece existir uma relação entre a avaliação de custos apontada pelas inequações: (Balança comercial EUA = Balança comercial China+Rússia)+(Ganhos Políticos EUA = Ganhos políticos China+Rússia) e a inação quando demandada a ação de reconhecimento da República do Kosovo.

Em virtude do espaço limitado pelo gênero artigo científico, é aconselhável outros experimentos para descobrir a composição exata dos custos, tanto econômico, quanto político, para melhor determinação das ações das nações. Entretanto, a dinâmica constatada evidencia um efeito das impressões dos outros países sobre as ações de um governo independente, elucidando a existência de uma interdependência complexa na ordem mundial do século XXI.

Referências

AFRIK NEWS. Mozambique undecided about recognising Kosovo. **Afrik News**, [S. l.], p. 1, 28 fev. 2008. Disponível em: <https://www.afrik-news.com/news11389.html>. Acesso em: 21 nov. 2020.

ALONSO, Angela; DE ALMEIDA, Ronaldo; LIMA, Márcia. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco Quantitativo. São Paulo: CEBRAP, 2016. 95 p.

ALONSO, Angela; LIMA, Márcia; DE ALMEIDA, Ronaldo. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco qualitativo. [S. l.]: CEBRAP, 2016. 79 p.

BOSSUET, Jacques Bénigne. **Politique tirée de l'Écriture sainte**. Paris: Mariette, 1714. 340 p. v. único.

BRAGA, Lucas Neckel Paim. Gestão: de custos. *In*: BRAGA, Lucas Neckel Paim. **Gestão de custos alinhada à tomada de decisão**: o caso de uma empresa incubada de base tecnológica. Orientador: Fabiano Maury Raupp. 2018. Dissertação de mestrado (Mestrado Profissional em Administração) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. p. 173. Disponível em:

<http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000056/00005672.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2020.

BRAGA, Marcio Bobik *et al.* **Manual de Economia**: Equipe de professores da USP. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 752 p. v. único. ISBN 9788547220280.

BRASIL defende cautela e espera decisão da ONU sobre Kosovo. **BBC**, [S. l.], p. 1, 18 fev. 2008. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/02/080218_kosovobrasildb. Acesso em: 21 nov. 2020.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (Geral). **Resolução 1244**. [S. l.], p. 1-8, 1999. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/1244\(1999\)](https://undocs.org/S/RES/1244(1999)). Acesso em: 21 nov. 2020.

CPLP. CPLP. **Comunidade dos países de língua portuguesa**. [S. l.], 29 nov. 2020. Disponível em: <https://www.cplp.org/>. Acesso em: 1 nov. 2020.

FELGENHAUER, Pavel. Tácticas y objetivos estratégicos de la posición rusa con respecto a la independencia de Kosovo. **Boletín Elcano**, Madri, v. único, ed. 98, p. 1-7, dezembro de 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28195078_Tacticas_y_objetivos_estrategicos_de_la_posicion_rusa_con_respecto_a_la_independencia_de_Kosovo. Acesso em: 12 set. 2020.

FELIPE FACIONI MARQUES, Ricardo. O BRASIL DA CPLP E “O CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES”. **Revista acadêmica de Relações Internacionais**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 98-106, 2011. Disponível em: <https://rari.ufsc.br/files/2011/03/RARI2.pdf#page=97>. Acesso em: 13 set. 2020.

GARCÍA, Romualdo Bermejo; ESPADA, Cesáreo Gutiérrez. La independencia de Kosovo a la luz del derecho de libre determinación. **Boletín Elcano**, Madri, v. único, n. 7/2008, p. 1-19, agosto 2008. Disponível em: <http://biblioteca.ribei.org/1495/1/DT-7-2008.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

GARCÍA, Romualdo Bermejo; ESPADA, Cesáreo Gutiérrez. La declaración unilateral de independencia de Kosovo a la luz de la opinión consultiva de la Corte Internacional de Justicia de 22 julio de 2010 y de las declaraciones, opiniones individuales y disidentes a la misma. **Anuario Español de Derecho Internacional**, Pamplona, v. único, ed. 26, p. 7-59, março 2010. Disponível em: <https://revistas.unav.edu/index.php/anuario-esp-dcho-internacional/issue/view/131>. Acesso em: 12 set. 2020.

GREGORY MANKIW, Nicholas. **Introdução à economia**: Tradução da 8ª edição norte-americana. 4ª edição brasileira. ed. Boston: Cengage, [2019?]. 686 p. v. único.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Nova Lua**, [s. l.], n. 53, 2003.

JOACHIM MORGENTHAU, Hans; W. THOMPSON, Kenneth; CLINTON, David. **Politics Among Nations**. 7. ed. Nova York: McGraw-Hill Humanities/Social Sciences/Language, 2005. 752 p. v. único.

KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D. **Fundamentos da pesquisa em ciência política**: Tradução da 2ª edição americana. São Paulo: Blucher, [2015?]. cap. O estudo da ciência política, p. 27-46.

KEOHANE, Robert Owen; JÚNIOR, Joseph Samuel Nye. **Power & Interdependence**. Londres: Pearson, 2011. 368 p.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. [S. l.]: UFMG, 1999. 326 p.

LOCKE, John. **Two Treatises of Government**. [S. l.]: Awnsham Churchill, 1689.

LUSA,. Portugal reconheceu independência do Kosovo "no momento apropriado" -- Augusto Santos Silva. **Diário de notícias**, [S. l.], p. 1, 15 fev. 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/portugal-reconheceu-independencia-do-kosovo-no-momento-apropriado---augusto-santos-silva-9119241.html>. Acesso em: 1 nov. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL DA REPÚBLICA PORTUGUESA (República Portuguesa). Gabinete de Estratégia e Estudos. Comércio internacional Portugal: China Continental. **Comércio Internacional**, Lisboa, 19 out. 2020. Disponível em: <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-de-comercio-bilateral/China/1526-comercio-internacional-de-portugal-com-china-continental/file>. Acesso em: 21 nov. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL DA REPÚBLICA PORTUGUESA (República Portuguesa). Gabinete de Estratégia e Estudos. COMÉRCIO INTERNACIONAL PORTUGAL: Federação Russa. **Comércio Internacional**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-de-comercio-bilateral/R%C3%BAssia/1720-comercio-internacional-de-portugal-com-russia/file>. Acesso em: 21 nov. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL DA REPÚBLICA PORTUGUESA (República Portuguesa). Gabinete de Estratégia e Estudos. COMÉRCIO INTERNACIONAL PORTUGAL: EUA. **Comércio Internacional**, [s. l.], p. 1-49, 2020. Disponível em: <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-de-comercio-bilateral/Estados%20Unidos/1548-comercio-internacional-de-portugal-com-estados-unidos-da-america/file>. Acesso em: 21 nov. 2020.

MIT MEDIA LAB. The Observatory of Economic Complexity. **Brazil**: Country. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/bra>. Acesso em: 21 nov. 2020.

MIT MEDIA LAB. The Observatory of Economic Complexity. **Mozambique**: Country. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/moz>. Acesso em: 21 nov. 2020.

MIT MEDIA LAB. The Observatory of Economic Complexity. **Portugal**: Country. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/prt>. Acesso em: 21 nov. 2020.

MOLINER, Ana Jiménez. KOSOVO, UN AÑO DESPUÉS DE SU AUTOPROCLAMADA INDEPENDENCIA. **Revista Boliviana de Derecho**, Santa Cruz de La Sierra, v. único, n. 8, p. 118-145, 2009. Disponível em: <https://www.revista-rbd.com/articulos/2009/118-145.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

NOGUEIRA, João Pontes. A GUERRA DO KOSOVO E A DESINTEGRAÇÃO DA IUGOSLÁVIA: Notas sobre a (re)construção do Estado no fim do milênio. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092000000300008&script=sci_arttext. Acesso em: 13 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. Organização do Tratado do Atlântico Norte. **NATO MEMBER COUNTRIES**. [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/nato_countries.htm. Acesso em: 21 nov. 2020.

PARROCK, Jack. Sérvia está à porta da União Europeia mas pode não entrar. **Euronews**, [S. l.], p. 1, 6 ago. 2019. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2019/08/06/servia-esta-a-porta-da-uniao-europeia-mas-pode-nao-entrar>. Acesso em: 21 nov. 2020.

REDAÇÃO. Para o Brasil, Kosovo é parte da Sérvia, afirma candidato a embaixador. **Agência Senado**, Brasília, p. 1, 30 out. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/30/para-o-brasil-kosovo-e-parte-da-servia-afirma-candidato-a-embaixador>. Acesso em: 1 nov. 2020.

REZENDE, Flávio da Cunha. A “Nova Metodologia Qualitativa” e as Condições Essenciais de Demarcação entre Desenhos de Pesquisa na Ciência Política Comparada. **Revista Política Hoje**, Recife, v. 20, n. 1, 2011.

REZENDE, Flávio da Cunha. Desenhos de pesquisa e qualidade inferencial na ciência política: o modelo de engrenagens analíticas. **Conexão Política**, Teresina, v. 4, n. 2, p. 47 - 66, jan./dez. 2015.

SANTOS, Carla Marina Vilar. O Reconhecimento de novos Estados ou novos Governos: Caso do Reconhecimento do novo Estado do Kosovo. **Academia.edu**, Coimbra, p. 1-25, 2014. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/36598949/Reconhecimento_estadual_em_DIP_e_o_Kosovo.pdf?1423667682=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DReconhecimento_de_novos_Estados_ou_novos.pdf&Expires=1606703497&Signature=PFp-zE7i6XhP01EBfXmKYnHz2zABKlb8r5fdP1FnLfo0daYChV0EefJz8mZV9-LOjLPcnQRMu35z8BXPjbx~9awa8LZ-oTULy8tCn9axhJp0IcWFRSJRnZFPH53ayE4VUv-Wd0uMrgI5fm4ogs8e6AUgrAgq6HryDoYrMo7cCzOoAJ2Bu3gzZ-8we7x3mbBqB1KCH6zBYpKSreg2dfhoTqw3F3K29FFEdMyOuBKqM89cpb-j7GoAoOoRw4h7KM1P0tyRfE9ZYXaf82ksa2vj5kRaRzzA6J6tPTRJTnMiV4LFA5

EorKuvjZPMw0sussf6YXmCMKO6oUXOUdc0O8w__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 21 nov. 2020.

SOARES, Adalgisa Bozi. A Independência Do Kosovo: Uma Peça No Complicado Jogo da Rússia, Estados Unidos e União Europeia. **Meridional** 47, Brasília, v. único, n. 92, p. 10-14, março 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3008/2708>. Acesso em: 12 set. 2020.

VÁSQUES, Rosa. El reconocimiento internacional del Estado de Kosovo. **AFESE**: Asociación de Funcionarios y Empleados del Servicio Exterior Ecuatoriano, [s. l.], v. único, n. 58, p. 1-18, [2009?]. Disponível em: <https://www.afese.com/img/revistas/revista58/kosovo.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.